

PERSPECTIVAS LOCAIS: OS FATORES DETERMINANTES PARA O SUCESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MARAJÓ

LOCAL PERSPECTIVES: THE DETERMINING FACTORS FOR THE SUCCESS OF FAMILY FARMERS IN MARAJÓ

JAQUELINE MORAES DA SILVA
scdp.breves@ifpa.edu.br
Instituto Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0002-9977-2013>

EULALIO CAMPELO FILHO
eulaliocampelo@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí
<https://orcid.org/0000-0001-7143-3469>

ALEXANDRE RODRIGUES SANTOS
alexandre@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí
<https://orcid.org/0000-0001-8564-0258>

RESUMO

A Agricultura Familiar é reconhecida como a principal responsável pela produção dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Contudo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, o agricultor familiar encontra-se em um cenário de baixa renda e insegurança alimentar no meio rural brasileiro. Tendo isso em mente, esta pesquisa tem como objetivo caracterizar os fatores que influenciam para o sucesso dos agricultores familiares do Arquipélago Marajoara, Pará. Para alcançar este objetivo, o estudo adotou uma abordagem de natureza qualitativa, de cunho exploratório e descritivo. Estando os procedimentos ancorados em métodos bibliográficos, documentais e de levantamento de dados. Diante dos resultados da pesquisa, infere-se que os pesquisados consideram vital para a mudança da realidade da agricultura familiar na região, os fatores encontrados na literatura de: conhecimento/capacitação; Assistência Técnica e Extensão Rural; diversificação de culturas; crédito rural; realização de parcerias na produção; e o elemento valor agregado e territorialidade. Apesar da percepção dos sujeitos da pesquisa que estes fatores são pouco ou nada explorados pelas entidades locais, sejam elas de cunho público, privado ou não governamental, limitando assim seus reflexos na atividade agrícola e na melhoria da qualidade de vida deste segmento da população do arquipélago do Marajó.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Fatores de sucesso, Pará.

ABSTRACT

It is widely acknowledged that Family Farming is the main responsible for the production of food consumed in Brazil. However, the family farmer finds himself in a scenario of low income and food insecurity. The National Household Sample Survey (Pnad) revealed an alarming scenario of food insecurity in the Brazilian countryside. With this in mind, this research aims to characterize the factors that influence the success of family farmers in the Marajoara Archipelago, Pará. We adopted a qualitative, exploratory, and descriptive methodological approach to achieve the desired objective. The procedures rely on bibliographic, documentary, and data collection methods through semi-structured interviews. Based on the research results, we can infer that the surveyed individuals consider the factors found in the literature to be crucial for changing the reality of family farming in the region: knowledge/training. Despite the research subjects' perception that these factors are negligible or not explored by local entities, whether public, private or non-governmental, thus limiting their effects on agricultural activity and improving the quality of life of this segment of the archipelago's population.

Keywords: Family farming, Success factors, Pará.

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, a agricultura que era praticada pelas famílias se tornou objeto de estudo, com início na Europa sob a perspectiva do campesinato e conseqüentemente nos demais países com outras designações, como por exemplo, campesinato, *family farmer*, agricultura familiar (Oliveira; Oliveira, 2018). Além de agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza (Bezerra, 2023; Schlindwein, 2017).

Para Altafin (2007) o termo agricultura familiar é utilizado como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas nesses ambientes produtivos.

De maneira oficial a agricultura familiar ganhou definição no Brasil com a promulgação da Lei 11.326/2006, (França *et al.*, 2009, *apud* Nascimento, 2022, p. 5). A qual a define como sendo constituída de pequenos produtores rurais, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

No entanto, apesar da definição ter surgido oficialmente em 2006, as políticas brasileiras de fortalecimento da agricultura familiar tiveram início já na Constituição de 1988. "Na esteira das lutas pela valorização dessa categoria, o reconhecimento oficial da sua importância social e econômica veio com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996" (Nascimento, 2022, p. 4). E que tiveram grandes contribuições das lutas das organizações dos trabalhadores rurais em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) (Schmitz, 2010).

Posteriormente, surgiram diversas políticas públicas com o sentido de levar ações ao segmento, como por exemplo em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos – PPA; em 2006, as Diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; e em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Todavia, mesmo diante desse reconhecimento legal, a agricultura familiar enfrenta constantes desafios e barreiras inibidoras do desenvolvimento de sua produção e conseqüentemente acarretam um crescente da Insegurança Alimentar (IA) no campo.

De fato, a insegurança alimentar no meio rural ainda possui quadro preocupante, conforme dados extraídos da Nota Técnica nº 100/2022, como demonstra o “Perfil da População Rural na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017 a 2018 e a Evolução dos Dados de Insegurança Alimentar: uma análise preliminar”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo esta Nota Técnica, o cenário de insegurança alimentar no Brasil comparando as pesquisas realizadas nos anos de 2004, 2009, 2013 e 2018, revelam que famílias em domicílios rurais no ano de 2018 apresentaram 27,2% de insegurança alimentar leve. Quanto à insegurança alimentar de grau moderado no ano de 2013 revela a porcentagem de 8,4%, já no ano de 2018 esse dado se eleva para 12,2%. Enquanto a insegurança alimentar grave está presente no ano de 2013, em 5,5%, dos domicílios rurais, e no ano de 2018, em 7,1% desses municípios.

Mazoyer; Roudart (2010) já destacavam que a fome no mundo não atinge consumidores urbanos compradores de alimentos, mas sim primeiramente os camponeses vendedores de produtos agrícolas.

Entretanto, mais que identificar os problemas da agricultura familiar, faz-se necessário buscar medidas que possam contribuir para mudança desse cenário. Deste modo, identificar os fatores que contribuem para o sucesso econômico dos agricultores familiares é estratégico e imprescindível para que Políticas Públicas possam ser construídas e efetivadas em prol da resolução destas adversidades.

Por outro prisma, as barreiras identificadas em uma propriedade de agricultores familiares não refletem a realidade de uma propriedade localizada em outra região. Portanto, é necessário compreender o local e suas necessidades, para então, traçar estratégias que beneficie esse segmento a enfrentar as problemáticas neste ambiente social específico (Ammons, 2004 apud Santos *et al.*, 2019).

Desta forma, este estudo move-se sobre a seguinte inquietação: quais fatores contribuem para o sucesso econômico dos agricultores familiares do Arquipélago do Marajó, Pará?

Neste sentido, este estudo contribui promovendo o conhecimento a respeito dos anseios, necessidades e perspectivas pessoais e sociais desses produtores, em conjunto com aspectos técnicos e econômicos. Pois considera-se que o mapeamento das características valorizadas pelos próprios produtores propiciará, por um lado, o desenvolvimento de estratégias efetivas neste ambiente, e por outro, insights valiosos para o conhecimento acadêmico deste fenômeno (Cella; Peres, 2002).

2 FATORES DE SUCESSO ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Com o ingresso das tecnologias por meio da agricultura de grande extensão, a produção da agricultura familiar passou a ser vista como inferior, e ultrapassada, perdendo espaço no mercado e contribuindo para o fenômeno do êxodo rural no Brasil. Sem garantias na propriedade, a busca por melhores condições de vida na área urbana das grandes cidades vem aumentando vertiginosamente nas últimas décadas (Bertolini, 2020).

Por este motivo, fortalecer e ampliar as políticas públicas destinadas à agricultura familiar vem sendo objeto de discussão em diversos fóruns, no Brasil e no mundo. Por seu lado, o Brasil é considerado, como um grande produtor e exportador agrícola. Entretanto, na contramão dessa aptidão produtiva para o agronegócio, há um país com uma parcela significativa da sua população convivendo com os problemas da fome e insegurança alimentar (Maciel *et al.*, 2022).

De fato, as atividades referentes ao setor primário desempenham importante papel no processo de dinamização da economia brasileira (Rocha Junior, 2020). Além de impulsionar a economia e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável (Bittencourt, 2020). Neste sentido, para que o sucesso da produção advinda da agricultura familiar ganhe proporções relevantes é necessário que o segmento esteja em constante diálogo (Maciel *et al.*, 2022).

Embora o setor demonstre importante potencial na economia, é necessário refletir sobre os desafios que os agricultores enfrentam (Batalha *et al.*, 2005). Como já discutidos e apontados em diversos estudos, fatores como: baixa escolaridade, falta de acesso as políticas públicas, falta de assistência técnica, pouco acesso a crédito, entre outros, dificultam o sucesso da agricultura familiar, e por consequência a melhoria da qualidade de vida das famílias pertencentes a este segmento da sociedade (Tivellato *et al.*, 2017); (Zangrande *et al.*, 2022); (Campos, 2022); (Embrapa, 2018); (Lamas, 2020); (Vieira Filho, 2023).

Desse modo, no sentido de analisar nas perspectivas dos agricultores sobre os fatores que contribuem para o sucesso econômico dos agricultores familiares do Arquipélago do Marajó, Pará, fez-se necessário primeiramente a realização de uma pesquisa bibliográfica, a qual identificou os seis fatores principais discutidos na literatura da área, a respeito desta temática, apresentados no quadro abaixo e discutidos nas próximas seções.

Quadro 1 - Síntese dos fatores que contribuem para o sucesso da agricultura familiar no Brasil

Fatores	Autores
Ampliação do conhecimento: capacitação	Cella; Peres (2002); Santos; Vinha (2018); Conceição (2020); Zangrande <i>et al.</i> (2022)
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Rocha Junior <i>et al.</i> (2020); Dias; Campos (2022); Conceição (2020); Nunes <i>et al.</i> (2020)
Elemento valor agregado e territorialidade	Cella; Peres (2002); Batalha <i>et al.</i> (2005); Embrapa (2018); Freitas <i>et al.</i> (2023)
Diversificação de culturas	Lin (2011); Sambuichi <i>et al.</i> (2014); Lamas (2020).
Realização de parcerias na produção (sociedades cooperativas)	Freitas; Freitas (2013); Silva (2020); Nunes <i>et al.</i> (2020); Silva; Nunes (2023); Ramos; Vieira Filho (2023)
Crédito Rural	Eusébio e Toneto Jr. (2012); Castro, 2017; Ipea (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O nível de escolaridade é um fator primordial para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois propicia suporte para que os agricultores possam absorver as orientações técnicas e as utilizem corretamente (Conceição, 2020). Essenciais, em meio a tanta modernização no campo, necessitando-se garantir aos agricultores familiares a formação adequada para oportunizar o incremento de sua produção (Zangrande *et al.*, 2022).

Os autores Cella; Peres (2002) acrescentam ainda que, o desejo de ampliar as competências contribui para o desenvolvimento de um produtor de sucesso, visto que o conhecimento propicia o aprimoramento das atividades do campo.

Vale ressaltar que, o termo “competência” mencionado compreende ao conhecimento técnico e produtivo das atividades a serem desenvolvidas, além de um conjunto mais amplo de qualificações, envolvendo aptidões, habilidades e atitudes, o qual proporciona ao produtor rural capacitação para a tomada de decisões (Cella; Peres, 2002).

Neste quesito, constatou-se por meio dos dados obtidos da pesquisa de Rocha Junior *et al.* (2020) que um dos condicionantes para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar é a presença de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como política pública. Segundo o autor “[...] a utilização de assistência técnica resultou em um acréscimo estatisticamente significativo na renda dos agricultores atendidos, o que evidencia a efetividade das ações da ATER enquanto instrumento de geração de renda” (Rocha Junior *et al.*, 2020, p.14).

De fato, as ações da Assistência Técnica proporcionam papel fundamental no processo de mudança e crescimento da produção, visto a necessidade de agrupar os conhecimentos dos agricultores com as técnicas científicas, tornando essa junção um encaixe perfeito para o progresso do setor (Nunes *et al.*, 2020).

Por outro lado, agregar valor aos produtos é considerado uma das maneiras chaves para o fortalecimento da agricultura familiar. E essa agregação de valor pode ocorrer a partir do desenvolvimento e comercialização de produtos que possibilitem as seguintes características: “o caráter social da agricultura familiar; a territorialidade do local onde esses produtos são fabricados; o sabor diferenciado originado de alguma característica artesanal do processo produtivo” (Batalha *et al.*, 2005, p. 3).

Identificar um produto pelo selo de qualidade e origem/territorialidade tem demonstrado ser um processo vantajoso para o sucesso da agricultura familiar. De acordo com os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2018), o selo distintivo é considerado como de importante diferencial para a valorização da produção, bem como incrementa a percepção de valor e potencializa a confiança dos consumidores.

De acordo com Freitas *et al.* (2023), foi em 2009 que a Região Norte deu início aos depósitos de Indicações Geográficas, sendo o primeiro reconhecimento datado de 2011. O Estado do Pará, por sua vez, possui quatro registros de indicação geográfica (IG): Farinha de Bragança; do cacau de Tomé-Açu, do Queijo do Marajó, do Guaraná da Terra Indígena Andirá Marau, esse último pertence ao Estado do Amazonas e ao Pará (Emater, 2021).

Outra estratégia comprovadamente exitosa seria o processo de diversificação dos sistemas de produção (Sambuichi *et al.*, 2014). A contribuição dada pela diversificação proporciona benefícios como: redução de riscos inerentes à produção, à promoção da segurança alimentar e a conservação do meio ambiente (Sambuichi *et al.*, 2014).

O processo de diversificação inclui sistemas rotativos. A rotação de culturas é fundamental para o sistema agrícola, pois a combinação de espécies colabora para o beneficiamento das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, o que conseqüentemente, aumenta a capacidade produtiva (Lamas, 2020). Outrossim, a diversificação ocasiona um aumento na estabilidade do sistema, visto que se tornam mais resistentes a pragas e doenças, além de contribuir com a resiliência a mudanças climáticas (Lin, 2011 *apud* Sambuichi, 2022).

A agricultura de base familiar, enquanto modo de vida e de produção no meio rural, vem conquistando o reconhecimento de sua importância e potencial para a promoção de um desenvolvimento rural dinâmico orientado para a sustentabilidade (Silva; Nunes, 2023).

De acordo com Nunes *et al.* (2020), o desenvolvimento da agricultura familiar é consequência da eficiente interface entre o tripé: organização coletiva, acesso ao crédito e contínuos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Por sua vez, Silva (2020) enfatiza que as vantagens de uma cooperativa é a organização do trabalho em rede de colaboração, possibilitando que os seus membros consigam condições de barganha no mercado, aumentando sua competitividade, além de melhorar a renda e condições de trabalho. Além de possibilitar o acesso às diversas políticas governamentais destinada a este segmento.

Ramos; Vieira Filho (2023) reforçam a afirmação de que as práticas cooperativistas e o associativismo garantem aos agricultores melhores oportunidades no mercado. Ademais, auxiliam no aumento da produção e reduzem a ineficiência produtiva.

Segundo Eusébio e Toneto Jr. (2012) o crédito rural é um fator primordial para o crescimento dos negócios familiares e a melhor gestão de recursos. Os autores consideram que, no meio rural, o crédito possibilita diversos benefícios, entre eles, investimentos em insumos básicos, fluxo de capital, incorporação de novas tecnologias, financiamento de despesas dos ciclos produtivos, investimentos em bens e serviços etc.

Além de proporcionar melhorias no campo, o crédito rural propicia fatores favoráveis à manutenção do agricultor familiar no campo, o que contribui também para a diminuição do fluxo migratório aos centros das grandes cidades, configurando-se como fundamental para a melhoria de vida dos produtores rurais (Castro, 2017).

Sendo assim, o Crédito Rural como política pública, como fornecedor de recursos econômicos, viabiliza a modernização do setor primário, e desde sua implantação trouxe um impacto relevante no desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e nos ganhos de produtividade de suas atividades (Ipea, 2019).

Ademais, corrobora para tal discussão, o que dispõe Bezerra *et al.* (2020), o qual afirma que para o bem-estar dessas famílias são necessários muitos outros ativos, como por exemplo a renda, moradia, acesso as escolas. Sendo imprescindível que o Estado, por meio de políticas públicas, atue na garantia desses direitos.

3 ESPAÇO GEOGRÁFICO DA PESQUISA

A Mesorregião do Marajó, uma das 06 (seis) integrantes do arranjo espacial do Estado do Pará, é formada por 16 (dezesesseis) municípios compreendidos em uma área de 104.139,93 km², equivalente a 8% do território paraense. Sua população estimada para o ano de 2021 vai na ordem de 577.790 habitantes, possuindo uma densidade demográfica de 5,35 hab./km² (IBGE, 2023).

Mais especificamente, a pesquisa foi aplicada no município de Breves, 1 dos 16 municípios que compõe o Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará. A cidade de Breves é cortada por rios e igarapés, tendo como destaque o rio Parauaú, e é utilizada como parada para diversas embarcações. Os registros revelam que a urbanização de Breves se iniciou pelo porto, tendo em vista a importante localização geográfica que liga a Capital Belém.

Por outra perspectiva, contribuíram para a emancipação política e urbanização do município, a extração do látex e produção da borracha, e em meados de 1970, veio a instalação de empresas madeireiras na região, iniciando o ciclo da madeira considerado como ciclo do ouro para a região.

Todavia, o ciclo da madeira não foi duradouro, e o desenvolvimento prometido não foi efetivado, deixando um legado de incertezas na população, que se reflete até os dias atuais. Após, este período surge uma alternativa para a economia local baseada nas atividades do terceiro setor: o comércio e prestação de serviços que somam relevante papel junto às atividades da agricultura, criação de animais, cultivo do açaí, extração do palmito e extração de produtos florestais (Alves, 2020).

Foi a partir do serviço público gerado, principalmente, pela Prefeitura Municipal de Breves que as famílias começaram a conseguir novos meios de atividades, juntamente com as políticas públicas do Governo Federal, como por exemplo, bolsa escola, bolsa família, seguro defeso, os quais auxiliam a renda familiar (Ramos *et al.*, 2011).

Outro ramo que trouxe geração de emprego para a cidade foi a construção civil, com obras do governo federal, municipal e empresas privadas que se instalaram na região (Leão, 2022).

No entanto, dos 16 municípios marajoaras, o município de Breves está entre os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 0,503 (Atlas Brasil, 2023). Sua população estimada para 2022, segundo IBGE, vai da ordem de 106.968 habitantes. De acordo com Relatório da FAPESP (2022) sobre o PIB dos municípios paraenses, revelou que 5 municípios que compõe a Região de Integração do Marajó são altamente dependentes da Administrativa Pública, e o município de Breves está entre os cinco. E ocupa a 8ª posição entre os 67 municípios Paraenses que dependem do Poder Público. Necessitando assim, políticas de apoio a população, e em especial, a agricultura familiar para reverter este quadro.

4 METODOLOGIA

Considerando a finalidade da pesquisa, a sua definição é caracterizada como pesquisa aplicada, pois busca por mais familiaridade com o tema abordado, descrevendo as características da população, bem como identifica os determinantes que contribuem para a ocorrência do fenômeno (Gil, 2008; Prodanov; Freitas, 2013).

Já o ponto de vista é exploratório, pois busca por informações sobre a temática abordada, e orienta a fixação dos objetivos, e ao mesmo tempo descritivo, já que organiza o levantamento bibliográfico, busca por experiências práticas, além de estimular a compreensão do assunto, na perspectiva dos sujeitos da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foi realizado por amostragem, do tipo não probabilística por conveniência, cujo interesse é selecionar o grupo a ser pesquisado, e que de alguma forma representa o universo.

Por seu turno, o questionário foi adotado como instrumento de coleta de dados (Prodanov; Freitas, 2013). Para Gil (2008) elaborar um questionário é traduzir por meio de perguntas os objetivos da pesquisa. E as respostas serão os dados requeridos, os quais descreverão as características do público-alvo ou testar as hipóteses.

O roteiro do questionário foi constituído por 21 questões, dividida em 3 blocos, baseado na literatura pesquisada. O primeiro trata do perfil do pesquisado (idade, escolaridade, tempo de atuação como agricultor, tamanho da propriedade, membros da família, quanto da renda é originada da agricultura). O segundo bloco investiga aspecto da produção, programas sociais (quais os produtos e culturas desenvolvidas, canais de comercialização, sobre recebimento de auxílio social do governo, participação e programas de fortalecimento da agricultura familiar). Já o terceiro bloco foi todo voltado ao objetivo da pesquisa (fatores que contribuem para o sucesso da agricultura familiar), foco deste artigo.

A aplicação do questionário foi realizada no Município de Breves e contou com a participação voluntária de 10 agricultores familiares, dispersos nas diversas localidades da região. As respostas dos pesquisados foram gravadas com o auxílio de gravador de voz. Tendo o processo de transcrição das respostas contado com o auxílio da plataforma Reshape (plataforma online para transcrição de áudio ou vídeo e geração de legendas).

Quanto a sua forma, a pesquisa configura-se como qualitativa pois “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível, não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2002, p. 22).

Para a análise dos dados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin. Já que a metodologia permite a análise das comunicações visando obter por meio de procedimento sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, os indicadores qualitativos e ou quantitativos que permitam a indução de conhecimentos (Bardin, 2016).

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação voluntária de 10 agricultores familiares residentes em diversas localidades no município de Breves. Nesta amostra, observa-se que o grau de escolaridade que predomina entre os participantes é o ensino fundamental incompleto, tendo 5 participantes nessa condição, 1 com ensino médio incompleto, 3 analfabetos e 1 cursando o ensino superior, vide quadro 2. Tais dados, conforme demonstra o relato de AF 5 e AF 7, foram ocasionados pela ausência de escolas nas localidades e dificuldades de saída do meio rural em busca das escolas no meio urbano.

Quadro 2 - Dados gerais dos participantes

Dados Gerais				
Agricultor(a)	Idade	Escolaridade	Sexo	Aposentado/Auxílio Social do Governo
AF 01	23	Superior Incompleto	F	Bolsa Família Bolsa Jovem
AF 02	62	Analfabeto	M	Aposentado
AF 03	34	Fundamental Incompleto	F	Bolsa Família
AF 04	25	Fundamental Incompleto	F	Bolsa Família
AF 05	72	Analfabeto	F	Aposentado
AF 06	41	Fundamental Incompleto	M	Membro da família aposentada
AF 07	52	Analfabeto	F	Nenhum membro recebe
AF 08	52	Fundamental incompleto	F	Membro da família aposentada
AF 09	46	Ensino Médio Incompleto	F	Bolsa Família
AF 10	56	Analfabeto	F	Aposentado

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Evidenciando o fato que mesmo com a implantação de políticas públicas ocorrida nos últimos vinte anos, as escolas do meio rural ainda enfrentam precárias condições de infraestrutura comparadas as escolas do meio urbano, principalmente em escolas da região Norte e Nordeste do Brasil (Pereira; Castro, 2021).

Esse alto grau de analfabetismo e não conclusão do ensino fundamental é uma preocupação, que segundo Schultz (1964 *Apud Alves et al.*, 2022) afeta consideravelmente o desenvolvimento dos agricultores, pois quanto maior o grau de instrução desses agricultores, maiores são as possibilidades de administrar seus processos, recursos e suas propriedades.

Segundo os achados da pesquisa, dentre os agricultores que participaram do estudo, 4 recebem bolsa família, 3 recebem aposentadoria e 3 não possuem nenhuma outra fonte de renda, além das advindas das atividades da agricultura. No entanto, entre os últimos citado, outro membro da família faz parte de algum programa governamental de transferência de renda, auxiliando assim nas despesas da família, conforme expressa AF 5: “[...] O bolsa família que ajuda”

A renda oriunda das atividades da agricultura familiar gira em torno do extrativismo, (principalmente o açaí), produção, plantio e criação de animais (atividades pouco expressivas). Os cultivos, em sua maioria, são de ciclos curtos, conforme apresentada no quadro abaixo:

Quadro 3 - Atividade produtiva

Atividade produtiva	
Plantação	Mandioca, macaxeira, batata roxa, acará, açai, cupuaçu, taperebá, pupunha, mamão, banana, cana, cheiro verde, couve, chicória, cebolinha, pimenta, pimenta cominho, tomate, gengibre, alfavaca.
Criação	Frango.
Produção	Farinha, tapioca, beiju, tucupi, garapa/caldo de cana, polpa de taperebá, urucum.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De fato, o Marajó, apesar da rica biodiversidade, e seu potencial para desenvolvimento local, apresenta alto índice de insegurança alimentar (Cabral *et al.*, 2019). Como evidenciado pela literatura, a insegurança alimentar é fruto de um processo político-histórico.

Deste modo, questiona-se, se a renda proveniente da agricultura familiar é suficiente para manter as despesas da família. Dos 10 agricultores entrevistados, 8 afirmaram que a renda é insuficiente, e que o auxílio social do governo (Bolsa Família) e a aposentadoria, que auxiliam nas despesas da família.

AF 7: Não. Mas é o que a gente tem. Passa um pouco de dificuldade, mas vai indo.

AF 8: Não. O que nos ajuda é o aposento dele, né?

AF 3: Praticamente não é suficiente para manter. Vai se virando com Bolsa Família, com outras atividades.

Outrossim, os municípios marajoaras são destaque no baixo índice de desenvolvimento humano. E a insegurança alimentar ainda é um problema em todos os municípios do Marajó (Cabral *et al.*, 2022). Carmo *et al.* (2020) retrata que o baixo índice de desenvolvimento que está presente nos 16 municípios que compõe o arquipélago como sendo consequência dos ciclos econômicos, resultado histórico do processo de dominação e da extrema concentração de renda, os quais puseram as famílias em privação social.

Nascimento *et al.* (2023) enfatiza ainda, que as mazelas sociais deixadas no Marajó e a precarização em que as políticas públicas se apresentam tem resultado em famílias em permanentes situações de vulnerabilidade social.

Enquanto Araújo (2017) corrobora afirmando que a ausência das entidades governamentais e das políticas públicas acarretou um desenvolvimento considerado predatório na região, e as riquezas geradas com a indústria madeireira não foram revertidas em investimentos sociais para os municípios, provocando o colapso econômico com o fim do ciclo da madeira.

Nessa perspectiva, questionados sobre a presença das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no município. Apenas 3 agricultores citaram conhecer os programas governamentais, que em tese apoiam a agricultura familiar na região, sendo eles: PAA, PNAE e algumas linhas de crédito. Contudo, todos destacaram os desafios para aderir aos mesmos, devido à falta de conhecimento e orientações por parte dos entes estatais.

Diante disso, foi apresentado aos agricultores 6 fatores, que de acordo com a literatura da área contribui para o sucesso econômico de agricultores em diversas regiões do Brasil, sendo então necessário investigar segundo Ammons (2004 apud Santos et al., 2019). se tal realidade pode ser percebida no Marajó, na visão dos agricultores familiares da região.

Ao serem questionados, os agricultores pesquisados sobre a importância do conhecimento/capacitação no processo de desenvolvimento de suas atividades, esses afirmam que o conhecimento/educação é muito importante, pois ampliam suas possibilidades, bem como aprimoram suas práticas de cultivo e gestão.

Segundo Cunha (2012) a autorrealização é adquirida por meio da educação profissional, que confere ao homem as possibilidades de pôr em prática suas habilidades e desenvolvê-las. Com efeito, os agricultores afirmam que a educação é fundamental para o desenvolvimento de suas práticas, todavia, é necessário destacar que a ampliação da educação/conhecimento e capacitação precisa chegar às localidades em que vivem:

AF 2: Porque a gente... sabe que... nós temos aquela plantação raiz, né? Às vezes a gente não consegue solucionar algum problema lá na nossa plantação, e que a capacitação pode trazer essa ajuda, né?

AF 9: é bom. Mas tem que chegar lá... a gente não tem transporte para estudar na cidade. É bom se eles forem na estrada para dar estudo.

Por sua vez, Silva; Nahum (2023) revelam que ao longo de 12 anos, o número de implantação de escolas de ensino médio na zona rural no Marajó não demonstrou crescimento significativo, comparado ao número de habitantes na zona rural dos municípios que compõe o arquipélago. Enfatizando ainda que as comunidades rurais enfrentam inúmeras dificuldades de deslocamento da área rural para área urbana em busca de acesso às escolas públicas da região.

De acordo com o relato dos agricultores, os conhecimentos que possuem sobre as atividades na agricultura são, em geral, os herdados, e que passam de geração a geração, mas que anseiam pela ampliação e aprimoramento dos seus conhecimentos tradicionais.

Sobre este aspecto, AF 6 afirma: "Não fiz curso. O que eu sei vem de pai para filho, né?" E, AF 10 afirma: "Nunca recebi treinamento. Só tenho o conhecimento que meus pais me passaram. mas gostaria, eu gostaria de receber".

Indubitavelmente, a educação voltada à localidade contribui para a diminuição do êxodo rural, e contribui para a manutenção/sobrevivência da agricultura familiar (Bacon, 2022). Oliveira; Nahum (2023) afirmam que as consequências são profundas, quando se considera o impacto geracional desta ausência da educação formal, e revelam que a universalização da educação básica, ainda não incluiu plenamente o espaço rural marajoara.

Um dos meios de adoção de inovação na agricultura familiar é a participação efetiva da Assistência Técnica desempenhada pelo Estado (Faria, 2012). De certo, o estudo revelou que os pesquisados consideram que as ações da Ater proporcionam mudanças valiosas às suas atividades no campo e ambicionam por esses serviços multiplicadores, como afirmam os entrevistados:

AF 1: [...] quando não tem uma educação nessa área, técnicos para ensiná-los, a gente acaba se limitando só o que a gente já está acostumado de produzir... E sendo que a gente sabe que tendo uma capacitação, tendo técnico auxiliar, a gente pode ter novos plantios, novas plantações, novas espécies [...]

AF 3: "Muita coisa mudou. Eles iam explicar melhor para a gente como seria, né? [...]" AF 6: "É interessante a gente aprendendo outras coisas"

Por outra perspectiva, Tavares *et al.* (2023) afirmam que as metodologias de atuação dos órgãos de assistência técnica e extensão rural no Brasil tem gerado inúmeros debates, visto que as ações perpassam por conceitos técnico-burocráticos e voltados ao agronegócio, não se enquadrando na realidade da agricultura familiar brasileira.

Os autores evidenciam também a falta de estruturação (infraestrutura, pessoal) dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural que inviabilizam o processo de atuação eficiente, em regiões remotos, como é o caso do Marajó.

Por outro lado, de acordo com Stroparo *et al.* (2023) a agricultura familiar precisa desenvolver estratégias que garantam em diferentes épocas do ano renda de diversas fontes. Uma das estratégias é a diversificação da produção, pois promove benefícios econômico-financeiros, ambientais, e para a biodiversidade.

Muitas famílias por não conhecerem novas possibilidades acabam se limitando aos sistemas de safra, e vivendo como AF 7: "[...] Passa um pouco de dificuldade, mas vai indo", ou então, complementam a renda com os programas de transferência de renda do governo. Como bem evidenciado por AF 9: "é bom ter um auxílio. É ruim trabalhar só com safra"

Já AF 6 enfatiza em sua fala que "tem que trabalhar com vários. Pra ajudar, né? Quando não tem um, pelo menos o outro produto já vai ajudar na renda". Ou seja, diversificar proporciona maiores benefícios e possibilidades de renda e um leque de produtos para a segurança alimentar das famílias.

Santos *et al.* (2023) consideram a diversidade produtiva como uma excelente alternativa para que as famílias obtenham autonomia, trazendo geração de renda e bem-estar social. As falas dos agricultores reforçam o potencial da diversificação de culturas na visão deles:

AF 4: Ah, eu acho. Porque, assim, ao invés de quando a gente não vende o açaí ou não tem o açaí, mas a gente tem a cebolinha, o cheiro verde, né? E a pimentinha, a gente traz para vender já é outra ajuda. Eu acho importante.

AF 8: é bom...de cada um a gente ter um pouquinho. Um pouquinho, né? E ajuda, né?

Outro ponto destacado a respeito da importância da diversificação de culturas é a possibilidade de comercialização diversificada. Os agricultores consideram a diversificação de culturas importante para a comercialização na feira do produtor rural, pois muitas famílias comercializam produtos iguais, e isso afeta a renda.

AF 10: "[...] olha, todo mundo só traz quase a mesma coisa. Olha aí, farinha, tapioca. Aí vai um, compra nessa banca aqui, já tudo o que ele quer, né? Chega na minha, ele não vai comprar, porque até as coisas são iguais, né?"

Nesta perspectiva, Esau; Deponti (2020) corroboram com esta visão afirmando que a diversificação de culturas é uma das estratégias que permite aos agricultores, maiores chances de melhorar as condições de renda e bem-estar de seus familiares.

De outra forma, a disponibilização de linhas de créditos tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida de pequenos produtores rurais, para estimular o desenvolvimento sustentável, além de propiciar a ampliação da capacidade de produzir (Brasil, 1996). Sendo assim, os programas de linhas de crédito podem ser disponibilizados por entidades públicas e privadas, para investimentos em bens e serviços, despesas nas atividades de comercialização e industrialização da produção (Embrapa, 2018).

No entanto, segundo os dados obtidos na pesquisa, apenas 3 agricultores se beneficiaram de alguma linha de crédito voltada a agricultura familiar, e afirmaram que o crédito rural foi uma maneira de incentivar e ampliar suas as atividades agrícolas.

AF 1: Já. A minha mãe já teve, que foi feito até pelo Banco da Amazônia. E ela está até com o intuito de fazer esse ano de novo. Ela foi em financiamento para manejo do açaí. Não precisa focar só no açaí. A gente conseguiu também jogar para outra área que, no caso, é a granja que a gente tem. Então, é muito bom.

AF 5: Recebi. Então era uma grande ajuda. Muita ajuda, porque pode ampliar a sua produção.

AF 6: Já. No banco da Amazônia. Foi muito bom. Foi muito bom.

Por outro lado, conforme as falas dos agricultores AF 7e AF 3, os agricultores têm receio em adquirir ao crédito rural por medo de não conseguirem quitar o débito posteriormente.

AF 7: nunca recebi...e nem sei se é bom e negócio de pegar dinheiro e depois pagar, vai que não consiga pagar.

AF 3: Não. Não. Acho que não, porque depois tu vai ter que pagar essa conta. É tipo um empréstimo, né? Vai ter que quitar. Se não, eu prefiro não. Seria interessante se fosse um recurso assim que fosse dado ao agricultor, né?

A partir das falas dos agricultores percebe-se a necessidade de instrução sobre o programa de linha de créditos, seu funcionamento e benefícios. Menezes (2021), em linha com esta visão, afirma que as exigências para a adesão ao crédito são postas pelos operadores financeiros, entretanto essas informações não são disseminadas de maneira didática, levando ao não entendimento do público-alvo, limitando assim a abrangência e a efetividade desses programas.

Alves (2022) afirma que as práticas de parcerias por meio de cooperação são essenciais para sobrevivência e sucesso da agricultura familiar, aumentando a produtividade e a renda das famílias, além de serem práticas de promoção social.

No entanto, por mais que a pesquisa bibliográfica tenha revelado que a realização de parcerias por meio do cooperativos e associativismo sejam uma das saídas para o sucesso econômicos da agricultura familiar. Na análise dos relatos dos agricultores do município de Breves não foi possível identificar seu potencial na localidade, visto que dos 10 participantes da pesquisa somente AF 1 afirmou ser associado a uma cooperativa.

AF 1: Nós fazemos parte da cooperativa Café, que vai fazer um ano. As vantagens que a gente tem é que a gente passou a ser mais visibilizado. E quando a gente começa a trabalhar num coletivo, a gente ganha mais força. Ela não precisa trabalhar só a questão do cultivo. Mas também trabalhar dentro da cooperativa a educação. E muitos produtores não conseguem, por exemplo, comercializar seus produtos. Porque não tem o que auxiliar nesse momento.

AF 1 enumera algumas vantagens provenientes da sua adesão, como a visibilidade do agricultor, trabalho coletivo, possibilidades de capacitação. É inegável os benefícios de uma cooperativa, quando esta atua de forma legal, e com objetivos sociais voltados a melhoria do bem-estar da comunidade rural.

Neste sentido, Gilioli; Borsatti (2021) contribuem afirmando que um dos benefícios proporcionado pelo cooperativismo são as vantagens econômicas oferecidas, que se revertem em melhores preços pagos pelos produtos e serviços dos cooperados, além de condições de financiamento, revelando assim o cooperativismo como uma boa opção para os seus associados.

Com objetivo de saber se os agricultores receberam alguma orientação sobre valor agregado e territorialidade para atribuição dos preços e incentivo a comercialização nos mercados locais, foi realizada a seguinte pergunta: algum órgão ou empresa lhe ajudou a melhorar seu preço ou acesso ao mercado por ser da região do Marajó? Você usa algum selo de origem ou característica do Marajó que ajude em suas vendas? Os agricultores afirmaram que não, e que os preços dos produtos são atribuídos por conta própria, seguindo os preços praticados no mercado local.

A partir dos achados da pesquisa, percebe-se que os agricultores não possuem uma orientação técnica para atribuição de valor aos seus produtos, muito menos práticas de gestão dos produtos e da propriedade. Todavia, entre as falas dos agricultores é relatado a importância de atribuir um selo aos produtos para possibilitar melhorias na comercialização.

AF 1: [...] Porque o consumidor vai olhar pelo selo e ele já vai saber se o teu produto é de uma ótima qualidade ou não. Mas quando tu vem com um produto simples, numa saca simples, por mais que o teu produto seja de excelência, qualidade, as pessoas vão olhar e, por não ter um selo ali, vão acabar menosprezando. Talvez as pessoas olhassem com mais carinho e dessem mais valor no que é produzido.

Além de todos os fatores apresentados anteriormente, os quais mostraram-se de fundamental importância para o sucesso econômico dos agricultores familiares, um tema recorrente durante as entrevistas, foi o da preservação ambiental nas atividades desempenhadas pela agricultura familiar, tendo em vista a proximidade entre sustentabilidade, meio ambiente e o produtor rural.

Como já descrito por Novaes (1999, *apud* Souza; Armada, 2018, p. 28)

Reconhecer que o planeta é finito, não tem recursos infindáveis; por isso, a Humanidade precisa adotar formatos de viver – padrões de produção e consumo – sustentáveis, que não consumam mais recursos do que a biosfera terrestre é capaz de repor; não comprometam o meio ambiente, os muitos biomas do planeta, os seres vivos que neles vivem, as cadeias alimentares e reprodutivas; não degradem os seres humanos; além disso, os padrões de viver não poderiam sacrificar recursos e comprometer os direitos das futuras gerações. (Novaes, 1999, *apud* Souza; Armada, 2018, p. 28)

Baseado nos relatos da pesquisa é possível perceber que os agricultores, mesmo com poucas orientações técnicas, são conscientes e preocupados em preservar o meio ambiente, e sua importância para a continuidade da produção:

AF 4: não recebi orientação de cuidar do meio ambiente, mas a gente sabe que tem que cuidar.

AF 6: Para manter sempre a terra produzindo, né? Tem que preservar. Trazendo aí o melhor sustento.

AF 9: sim, é importante. Ninguém me falou nada. Eu que sei mesmo que tem que cuidar.

Segundo Albuquerque (2007, p. 6) “toda a história humana diz respeito ao modo como os homens mantêm uma relação entre si e com a natureza externa a eles – o meio ambiente”. Ademais, dentre as metas para o cumprimento dos Objetivos e Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. E para o alcance dessa meta, o desenvolvimento da agricultura familiar é peça-chave (Ferreira; Pereira, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar emerge como um pilar essencial na produção dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros. Contudo, é inegável que os agricultores familiares enfrentam desafios consideráveis, incluindo baixos rendimentos e a preocupante insegurança alimentar revelada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) no meio rural do Brasil.

Neste estudo foram destacados os potenciais que a agricultura familiar possui no campo econômico, social e ambiental, ao tempo em que se apresenta os percalços que o segmento tem enfrentado ao longo da história. Sugerindo que muito ainda precisa ser materializado. Em especial, na região Norte do Brasil, onde o baixo nível de desenvolvimento humano e o alto grau de insegurança alimentar, ocasionados pela baixa renda das famílias, o limitado retorno dos agricultores familiares e alta de políticas públicas efetivas para este setor, são a norma.

Considerando os elementos acima mencionados, este estudo visa caracterizar os fatores que influenciam o sucesso dos agricultores familiares no contexto do Arquipélago do Marajó, no Pará.

A análise dos resultados revela que os entrevistados consideram de extrema importância para a transformação da realidade da agricultura familiar na região os seguintes fatores, de acordo com a literatura da área: conhecimento/capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural, diversificação de culturas, acesso a crédito rural, estabelecimento de parcerias na produção (incluindo sociedades cooperativas) e valorização do produto e da territorialidade.

No entanto, há uma percepção generalizada entre os sujeitos da pesquisa de que esses fatores são pouco explorados pelas instituições locais, sejam elas de natureza pública, privada ou não governamental, o que limita seus efeitos positivos na atividade agrícola e no aumento da qualidade de vida dos agricultores familiares no Arquipélago do Marajó.

Essa subutilização acaba por limitar o efeito positivo desses fatores na atividade agrícola da região. Essa constatação ressalta a necessidade premente de uma mudança de paradigma por parte das instituições responsáveis, visando não apenas reconhecer a importância desses fatores, mas também implementar políticas e programas que os promovam ativamente.

Por outro lado, pesquisas mais aprofundadas devem ser realizadas, expandindo a abrangência da pesquisa para outros municípios da região, e quiçá incluindo elementos quantitativos para viabilizar correlações entre os fatores apresentados neste estudo e outros aspectos socioeconômicos deste fenômeno.

Tendo alcançado seu objetivo, este estudo contribuiu não apenas para o conhecimento acadêmico sobre a realidade da agricultura familiar no Arquipélago do Marajó, mas também para orientar ações concretas que possam promover medidas que estimulem uma maior integração e apoio aos agricultores familiares, visando melhorar sua produtividade, renda e qualidade de vida.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental**. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/monografia/13.pdf>>. Acesso em 06 jan 2024.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-oconceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>>. Acesso em 24 de abr 2024.

ALVES, Odair José Aragão. **Desterritorialização produtiva no Marajó: análise geográficas no município de Breves pós-declínio da atividade madeireira (2000-2012)**. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/924/1/Livro_DesterritorializacaoProdutivaMarajo.pdf>. Acesso em: 22 de mai 2024.

ARAÚJO, Romildo Castor. **Educação profissional e agroecologia no Marajó agroflorestal: entrelaçando saberes na construção do eixo tecnológico recursos naturais no IFPA Campus Breves**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2017.

BACON, Vânia R. **O papel da educação do campo para o incentivo e a permanência do jovem à frente da agricultura familiar**, Monografia (especialização) Setor Litoral, Curso de Especialização em Educação do Campo Universidade Federal do Paraná, 2022. p. 1-14, 2022. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/54371>>. Acesso em 12 nov de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, HM de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos (Brasil):EDUFSCAR**, p.43-66,2005. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/agroindustria/artigos/TECNOLOGIA%20DE%20GESTAO%20E%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>>. Acesso em 12 de nov 2024.

BERTOLINI, Maria Madalena; PAULO FILHO, Pedro Luiz; MENDONÇA, Saraspathy Naidoo Gama de. **A importância da Agricultura Familiar na atualidade**. Disponível em: <<https://ciagro.institutoidv.org/ciagro/uploads/1520.pdf>>. Acesso em: 27 de mar 2024.

BEZERRA, Flávia Alessandra Barbosa. **Efeitos do crédito rural sobre a pobreza multidimensional no Brasil rural**. Dissertação de Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento (UFRRJ). Disponível em: <<https://tede.ufrrj.br/handle/jspui/6665#preview-link0>>. Acesso em: 04 de jan 2024.

BITTENCOURT, Daniela Matias de Carvalho. **Estratégias para a Agricultura Familiar Visão de futuro rumo à inovação**. Embrapa, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1126191/agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>>. Acesso em: 9 de mar 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 de abr 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União de 25/07/2006, pág. nº 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 23 de mar 2024.

BRITO, Bárbara Alessandra Vieira; FERREIRA, João Cesar de Souza; PEREIRA, Raquel da Silva. (2020). **Política pública para o desenvolvimento regional sustentável fortalecido pela agricultura familiar no município de Rio Branco**. In Anais do 44º Encontro da Anpad (pp. 1-16). Florianópolis, SC. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1850>>. Acesso em: 06 de jan 2024.

CABRAL, Bianca da Conceição; VIDAL, Cleice da Luz; LEÃO Paula Valente; BRITO, Amanda Kelly de Barros; DIAS, Ivanira Amaral; FRAZÃO, Andréa das Graças Ferreira. **Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: desafios e perspectivas de municípios do Marajó**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35674/4/Extens%C3%A3o%20e%20Pesquisa%20em%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o-repositorio.pdf>>. Acesso em: 18 de dez 2024.

CARMO, Enapio Dutra do; FERNANDES, Maria Vitória Costa; MEDEIROS, Nilza de Sousa. **Precarização, sofrimentos e memórias dos trabalhadores das madeireiras no marajó: a quem interessa(va) o silêncio?**. Disponível em: <http://revistas.unila.edu.br/espinales/article/view/2498>>. Acesso em: 23 de mai 2024.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão. **Agricultura familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Revista Espaço Acadêmico, v. 17, n. 192, p. 142-154, 2017. Disponível em: <<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33103>>. Acesso em: 11 de mai 2024.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. **Capital humano e obtenção de informações técnicas na agricultura: perfil e diferenças regionais a partir dos dados do censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10474/1/brua_23_artigo3.pdf>. Acesso em: 03 de mai 2024.

CUNHA, Nayara Costa. **Formação profissional e qualificação rural: a importância da educação para a gestão de negócios rurais**. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3953/1/2012_NayaraCostaCunha.pdf>. Acesso em: 26 de dez 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Agregação de valor nas cadeias produtivas agrícolas (106-120)**. In: Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>>. Acesso em: 5 de mai 2024.

ESAU, Carlos; DEPONTI, Cidonea Machado. **Tomada de decisão pela diversificação: uma alternativa para agricultura familiar na microrregião de Santa Cruz do Sul/RS**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSNe 237-9029), v. 10, p. 439-460, 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2749>>. Acesso em: 16 de nov 2023.

EUSÉBIO, Gabriela dos Santos; TONETO JR. Rudinei. **Uma análise do acesso ao crédito rural para as unidades produtivas agropecuárias dos Estados de São Paulo: um estudo a partir do Lupa**. Revista Planejamento e Políticas Públicas. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3984/5/PPP_n38_Analise.pdf>. Acesso em: 6 de mai 2024.

FARIA, Sandra Santos. **Adoção de inovações pela agricultura familiar: o caso do cultivo de uvas no estado de Goiás**. [Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio]. Universidade Federal de Goiás, Goiás. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tesdeserver/api/core/bitstreams/aadc06fe-0d68-4ded-ba9e-a206822cd0c1/content>>. Acesso em: 6 de mai 2024.

FREITAS, Simone Santos de; BARBALHO, Célia Regina Simonetti; DIAS, Elizete Silva. **Indicações Geográficas no Estado do Amazonas**. Revista INGI – Indicação Geográfica e Inovação. Vol.7, n.2, p.2098-2105. Abr/Mai/Jun (2023). ISSN: 2594-8288. Disponível em: <<https://ingi.api.org.br/index.php/INGI/article/view/244/232>>. Acesso em: 5 de mai 2024.

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas. 6º Ed., 2008.

GILIOLI, Rosecler Maschio; BORSATTI, Douglas. **O Cooperativismo, o seu impacto na vida de trabalhadores e organizações e os desafios a serem superados**. Revista Gestão e Organizações ISSN 2526-2289 v. 06, n. 01, Jan/Mar. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/4550>>. Acesso em: 20 de nov 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Nota Técnica 100/2022 - Perfil da População Rural na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017 a 2018 e a Evolução dos Dados de Insegurança Alimentar: uma análise preliminar.** Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20128_nt_disoc_100.pdf>. Acesso em: 6 de mai 2024.

LAMAS, Fernando Mendes. **Especializar ou Diversificar a Produção Agrícola?** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/56702406/artigo-especializar-ou-diversificar-a-producao-agricola>>. Acesso em: 4 de mai 2024.

LEÃO, Dione do Socorro de Souza. **Nossa história, nossa identidade: conhecendo Breves, Marajó Pará.** Editora Tocantins, 2022.

LEÃO, Dione do Socorro de Souza; PACHECO, Agenor Sarraf. **Memórias imaginárias dos bairros de Breves.** 15-165. In: PACHECO, Agenor Sarraf; SCHAAN, Denise Pahl; BELTRÃO, Jane Felipe (ORG). Remando por campos e florestas: patrimônios marajoaras em narrativas e vivências. 2012. Belém. GKnoronha.

MACIEL, Mitali Daian Alves; TROIAN, Alessandra; OLIVEIRA, Sibebe Vasconcelos. **Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<http://ve.scielo.org/pdf/ea/v31n3/2477-9601-ea-31-03-23.pdf>>. Acesso em: 21 de mai 2024.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo do neolítico à crise contemporânea.** – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: <<https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/historia-das-agriculturas-no-mundo-mazoyer-e-roudart.pdf>>. Acesso em 21 de nov 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa sócia: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Carlos Alves; AQUINO, Joacir Rufino de; DELGROSSI, Mauro Eduardo (2022). **Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 60(3) Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/resr/a/H7NFXwRFXMzVzNNjgsnsh/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 26 de abr 2024.

NUNES, Emanuel Márcio; CRUZ, Mônica Soares; SILVA, Vívian Menezes da. **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no território rural Sertão Central Cabuci e Litoral Norte (RN): O desafio da adequação sócio-técnica.** Extensão Rural, DEAR –CCR–UFMS, Santa Maria, v.27, n.3, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/43573/pdf>>. Acesso em: 4 de mai 2024.

OLIVEIRA, Ana Luisa Araújo de; OLIVEIRA, Luiz Paulo Araújo de. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.** Belém. v.12, nº2. p. 25-42. jul-dez 2018. Disponível em:<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturfamiliar/article/download/5529/5553>>. Acesso em: 26 de abr 2024.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, Cesar Nunes de. **Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e urbano.** Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf>. Acesso em: 17 de dez 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo:Feevale, 2º Ed., 2013.

RAMOS, Elenise Pinheiro; RODRIGUES, Aldair de Oliveira; SANTOS, Diones Leite dos. **Notas sobre o processo de utilização dos recursos naturais no Marajó-Breves e suas consequências: um futuro à (re)construir.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/NOTAS_SOBRE_O_PROCESSO_DE_UTILIZACAO_DOS_RECURSOS_NATURAIS_NO_MARAJOBREVES_E_SUAS_CONSEQUENCIAS.pdf>. Acesso em: 23 de mai 2024.

RAMOS, Érica Basílio Tavares Ramos; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Desenvolvimento Regional da Agricultura Familiar: cooperativismo e associativismo.** Rev. Bras. Econ. 77 - 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/rKXVc7gfQrWYHBs6ZVRPnLq/?lang=pt>>. Acesso em: 4 de mai 2024.

ROCHA JUNIOR, A. B.; SILVA, R. O.; PETERLE NETO, W.; & RODRIGUES, C. T. (2020). **Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(2), e194371. Disponível em: <<https://www.revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/18069479.2020.194371>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; GALINDO, Ernesto Pereira; OLIVEIRA, Michele Ângelo Constantino; PEREIRA, Rodrigo Mendes. **A Diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.** Cap. 3. In: MONASTERIO, Leonardo Monteiro; NERI, Marcelo Côrtes.

SANTOS, Odivaldo Novaes dos; JUNIOR, Cezário Ferreira dos Santos; ROCHA, André Carlos de Oliveira; MARTINS, Natalia Pinheiro; PEREIRA, Mariana Casari. **Diversificação produtiva e agricultura familiar: estudo de caso de uma comunidade na Amazônia Tocantina**. Rev. Agroecossistemas, v. 15, n. 1, p. 85-103, 2023, ISSN online 2318-0188. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/13823/10493>>. Acesso em: 16 de nov 2023.

SANTOS, Gesmar Rosa dos; SILVA, Rodrigo Peixoto da. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e no mundo: qual o papel da Ater Pública?**. Agricultura e Diversidades: trajetórias e desafios regionais e políticas públicas no Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11410/1/Extensao_rural_cap10.pdf>. Acesso em: 08 de jan 2024.

SANTOS, Tatiana Tomal Brondani dos; TORRES, Ricardo Lobato. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Revista de Retratos de Assentamentos. Vol. 25 N.1 de 2022 ISSN: 1516-8182. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/503>>. Acesso em: 18 de dez 2023.

SILVA, Alexandre Nunes. **Economia solidária como vetor do desenvolvimento territorial no Marajó: estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno, Portel (PA)**. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/browse?type=author&value=SILVA%2C+Alexandre+Nunes+da>>. Acesso em: 20 de abr 2024.

SILVA, Patrícia Oliveira da; NAHUM, João Santos. **A educação escolar dos territórios do campo, das águas e das florestas na Amazônia marajoara: a oferta do ensino médio entre os desafios do espaço rural**. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 18, n. 52, p.50-71,2023.DOI:10.14393/RCT185270797.Disponível em:<<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/70797>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. **Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 61(2), e252661. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/3CXmrG4vsSBBDdRkmHYLw4n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 de mai 2024.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva; ARMADA, Charles Alexandre Souza. **Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos**. In: _____. (org). Sustentabilidade: um olhar multidimensional e contemporâneo. Itajaí: UNIVALI, 2018. p. 25-42.

STROPARO, Telma Regina; SUCHODOLIAK, Maxwell Alexandre da Silva; SUCHODOLIAK, Luana Stefany Schirlo Ternovski. **Diversificação e desenvolvimento rural: agricultura familiar, erva-mate e mel**. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221211495.pdf>. Acesso em: 27 de dez 2023.

TAVARES, Francinei Bentes; DOS SANTOS, Adrian Tavares; COPETTI, Lucia Daiane. **Políticas públicas de assistência técnica e extensão rural (ater) no baixo Tocantins-PA**. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 2647-2662, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i3.1738.Disponível em:<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1738>>. Acesso em: 27 dez 2023.

TRIVELLATO, Paula Torres; MORAIS; Dayane de Castro; LOPES, Sílvia Oliveira; MIGUEL, Elizangela da Silva; FRANCESCINI, Sylvia do Carmo Castro; PRIORE, Sílvia Eloiza. **Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/N6vh5c5yMHkhTyqhJrX8bHP/?lang=pt>>. Acesso em: 16 de mar 2024.

ZANGRANDE, Helen Junara Balbino2ti; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; CAMPOS, José Ricardo da Rocha; TEIXEIRA, Edival Sebastião. **Educação rural: um olhar sobre a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino, PR**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 23, n. 2, p. 363-378, abr./jun. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/YfzKLMsdsHjcYqLkGLmCR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 2 de mai 2024.